

AS MASSAS: SIMULAÇÃO DO SOCIAL

Luiz Carlos Mariano da ROSA¹

BAUDRILLARD, J. **À sombra das maiorias silenciosas**: o fim do social e o surgimento das massas. 3. ed. Tradução de Suely Bastos. São Paulo: Brasiliense. 1993.

Entre “as maiorias silenciosas” e “as massas”, segundo Baudrillard, há mais do que um jogo linguístico de imagens sinonímicas, metafóricas, mas uma relação identitária que, embora traga como fundamento a pressuposição do social, deste se circunscreve apenas ao âmbito da silhueta [e mesmo assim como um fenômeno de simulação], não correspondendo ao campo do conteúdo, núcleo da possibilidade que, enfim, se esvazia como tal, sem transpor as fronteiras da perspectiva.

Escapando do nicho de investigação da sociologia, “as massas”, ou seja, “as maiorias silenciosas”, desafiam qualquer tentativa de predicação ou qualificação científica que porventura pretenda desenhar a sua realidade, mantendo-se imunes ao próprio sentido que o social insinua, seja em que dimensão for, da esfera política à cultural, preferindo a imanência implosiva a transcendência da racionalidade. Ponto de convergência do sentido [que se localiza acidentalmente em sua superfície, no espaço que concentra os seus limites exteriores], “as massas” se detêm nos signos da comunicação, perdendo de vista “o que é representado” através desse jogo que transforma os códigos em simulacros, instaurando o “estado da indiferença” que caracteriza não “as maiorias silenciosas” por si, mas a conjuntura que traz como fator determinante o poder.

Considerando a correspondência [histórica] entre o político e o social - sob o signo do econômico -, o filósofo e sociólogo francês mostra a razão pela qual aquele, tornando-se, em sua origem, através da perspectiva maquiaveliana, um jogo de signos, incorpora, a partir da revolução francesa [séc. XVIII], a representação [do social], assumindo a cena política o caráter de um significado fundamental - a saber, o povo [a vontade do povo] -, culminando na sua transposição para a esfera dos sentidos. No entanto, o equilíbrio entre o nicho do político e o social, o histórico e o econômico [forças nele refletidas] é ameaçado pelo pensamento marxista. A deflagração do fim do político [subentendido no pensamento revolucionário que

¹ Poeta e letrista, ensaísta e crítico literário. Autor de *O Todo Essencial* [Universitária Editora - Lisboa / Portugal]. Membro do Movimento "Poetas Del Mundo" / Chile, do "World Poets Society" / Grécia; e da UBE - SP [União Brasileira de Escritores marianodarosalettras@uol.com.br]

advoga a transparência absoluta do social], correlacionada à superestimação do social e do econômico [que torna o político o “espelho do social”], traz como resultado o triunfo do social, tanto quanto, conseqüentemente, através da inversão da sua energia, da perda da sua especificidade, do desaparecimento da sua qualidade histórica e da sua idealidade, do fenômeno que diluiu a sua essência identitária: “as massas” [“as maiorias silenciosas”].

Nesta perspectiva, embora imaginário, “o único referente que ainda funciona é o da maioria silenciosa”, de acordo com Baudrillard, o que impossibilita qualquer tipo de representação, pois é o significado social que sustenta o significante político – e “as massas”, incapazes de se expressar e de se refletir, não têm natureza representativa. Submetidas às leis da dimensão simulativa, que traz como pressuposto um modelo, não um referente, “as maiorias silenciosas” não são mais sujeito [como antes o era, identificando uma classe ou o povo], tornando-se, como “um lugar de absorção e de implosão” [cuja força tem como fundamento a inércia], inacessíveis aos esquemas de libertação, de revolução e de historicidade.

“Inércia pânica” e “silêncio”, eis os fenômenos [efeitos] para os quais tendem “as massas” que, escapando do reino da vontade e da representação, tornam-se alvo do tratamento da informação e das mensagens [eco dos signos] que procuram a liberação da sua energia social. No entanto, justamente por não construir um espaço comunicacional ou fronteira de intersecção de sentido, limitando-se a configurar, segundo o critério quantitativo, a medida de socialização, o tratamento em questão produz mais massa [caracterizada pela inércia], em lugar de transformá-la em energia [caracterizada pela capacidade de neutralidade]. Assim como não basta ao capital a produção de mercadorias, importando também a construção da demanda, a gestação dos consumidores, quanto ao poder que antes gerava sentido [político, ideológico, cultural, sexual], diante da insaciável demanda, “é a produção dessa demanda de sentido”, de acordo com Baudrillard - sem a qual “o poder só é o simulacro vazio e o efeito solitário de perspectiva” -, “que se tornou crucial para o sistema”.

Destituída de verdade ou razão, privada de consciência ou inconsciente, “as massas” escondem-se atrás do silêncio como “simulação do social”, ocultando nele, incógnita da equação política, a relação daquelas [“as maiorias silenciosas”] com o poder, o jogo [de simulação] entre o objeto e o sujeito. Conservando, paradoxalmente, “as massas”, características que, simultaneamente, a identificam com um objeto de simulação e com um sujeito de simulação, demonstram, em face da sua incapacidade de construir uma “consciência autônoma”, a impossibilidade de cumprir este papel [o de sujeito, real ou

mítico], tanto quanto daquele [o de objeto], pelo fato de se manter à margem da manipulação ou de não se expor, revelando subsídios [elementos, relações, estruturas, conjuntos], formas de linguagem, que permitam uma leitura, uma compreensão, uma resposta.

Estabelecendo um parâmetro de comparatividade das massas [em seu mutismo], tanto com a matéria [que torna-se impossível de se captar como objeto no campo da micro física] como com qualquer objeto de ciência [que, em função da forma de interrogação codificada, promove a circulação da verdade, excluindo, afinal, desse processo, o próprio objeto que fundamenta tal investigação], Baudrillard descobre, subjacente, uma "ironia fantástica": simulação de passividade [sob o signo das sondagens e das estatísticas, no caso das "maiorias silenciosas"]. Da mesma forma que o cientista, diante da matéria ou do ser, precisa permanecer na esfera simulativa da interrogação, hipótese [designada pelo autor de "axioma de credibilidade"] que tem valor para todas as coisas [como para o publicitário, por exemplo], o ritual meteórico das estatísticas e das sondagens, que não têm objeto real, o "forja", perseguindo uma resposta antecipada, e o "engendra", para depois manipular os signos da sua existência. O meio, síntese de espetáculo e fascinação, tornando-se a mensagem, numa fase cultural que a neutraliza, eis o fenômeno que caracteriza a comunicação, que funciona para "as massas" através da perspectiva da fascinação, que independe do sentido.

Se os detentores do social, do político, da cultura, cumprem, no anfiteatro da realidade do tempo e da história, a função de construtores do reino do sentido - em nome da sua posse [ou status] -, "as massas", despojadas dele, no extremo-oposto dessa relação simulativa, rejeitam todos os seus efeitos, revelando-se "transpolíticas", como ilustra, segundo o pensador, a relação entre história e cotidianidade, esfera pública e esfera privada, cujo valor e papéis se invertem, pois se antes [até os anos 60] a história se impõe, ficando o privado e o cotidiano como o avesso obscuro da política, na atualidade, diante da superestimação da banalidade da vida, do abjeto ao apolítico [inclusive o sexo], é a história e o político que imergem na "acontecimentalidade" abstrata.

"Da resistência ao hiperconformismo". No tópico em referência o autor examina a emergência das "maiorias silenciosas" como um fenômeno de resistência histórica ao social que abrange do trabalho à medicina, da escola à segurança, até à informação, assumindo várias formas que, sobrepujando a primitividade e a violência que a caracterizavam no início do processo, progrediu imperceptível [incorporando estruturas diferenciadas], mas substancialmente [contra a homogeneidade e a abstração]. Detendo-se na questão da passividade das "massas" que, diante das mensagens [políticas, culturais ou publicitárias],

escapando de uma decodificação uniforme, opõe - em nome dos microgrupos e indivíduos que nelas interagem, constituindo-as - ao código dominante seus sub-códigos particulares, reciclando, afinal, tudo, Baudrillard chega à conclusão que não são os meios de comunicação que “manipulam” “as massas”, mas trata-se se não do inverso, de uma relação equivalente, tal como o provam o cinema, a técnica, a ciência, o saber, além do próprio consumo em si, que tornou-se uma dimensão de status e de prestígio, excedendo o valor de uso, corroborando a noção de que a prática das “maiorias silenciosas” jamais correspondeu às suas necessidades.

Nesta perspectiva, o consumo, excessivo, como diz o autor - irrefreável, pois -, que institucionaliza a fórmula “valor/signo” em vez de “valor de uso”, pervertendo os objetivos do sistema, provoca, enfim, o fim do econômico, o seu ultimato, visto que extrapola os parâmetros da racionalidade, alcançando o âmbito magicista do espetáculo. Não consistindo nem numa entidade nem numa realidade sociológica, “as massas” não são o social, defende Baudrillard, mas a “reversão de todo social”, recusando-se assim ao sentido e à liberdade que este propõe, cuja condição as coloca no mesmo atalho do terrorismo que, embora tenha como alvo o capital, levando a efeito o seu plano, atinge o seu verdadeiro inimigo: o social.

Diante da “rede orbital, intersticial, nuclear, textual, de controle e de segurança”, que gera “as maiorias silenciosas” [transformando-nos nelas] e constrói a “socialidade hiper-real”, o terrorismo responde com um ato hiper-real, destituído de sentido, indeterminado, ponto de implosão máxima e infinitesimal. Por ser o único “ato não-representativo”, eis a razão que estabelece uma relação de parentesco com “as massas”, única “realidade não-representável”. Estando ambos, “massas” e “terrorismo”, além da representação, como “dois não-pólos de um sistema não-representativo”, entre eles passa uma “energia inversa”, segundo o pensamento baudrillardiano, energia de “dispersão do social, de absorção e anulação do político”.

Corporificação da “não-representatividade”, o terrorismo manifesta [denuncia, desmascara] o caráter da “não-representatividade” de todos os poderes, tornando-se a negação de todas as instituições de representação [não tem, pois, natureza política], como também de toda determinação e de toda qualidade [despojado de objetivo, pois até o inimigo é mítico, ou não-mítico, anônimo, indiferenciado], desafiando o sentido, guarda relação de semelhança com a catástrofe natural que, segundo a perspectiva baudrillardiana, se torna, paradoxalmente, a expressão mítica da catástrofe do social. Interpretando como um fenômeno implosivo o processo de construção cultural que reúne “massas”, meios de comunicação e terrorismo, Baudrillard estuda o percurso das sociedades primitivas que, vivendo de uma implosão dirigida, oscilaram então para o extremo-oposto da explosão, esta, no caso, característica das

civilizações “modernas” que, havendo alcançado a sua idade de ouro, seguem a direção inversa, experimentando assim os efeitos da saturação do campo de expansão que, atingindo os limites do universal, promovem a implosão do sistema.

Produzir e destruir o social, simultaneamente, eis o paradoxo das instituições que instrumentalizaram o seu progresso, inclusive o capital, “meio de socialização mais eficaz de todos”, na concepção do autor, para o qual não há definição do social senão nessa perspectiva, como “espaço perspectivo” [centralizado] - que, no entanto, é só um modelo de simulação - “que dá um sentido a tudo o que nele se insere por simples convergência numa linha de fuga ao infinito”. Conclusão: jamais funcionando de modo social, as coisas se caracterizam como simbólicas, mágicas, irracionais.

É nesta perspectiva que o capital se torna um desafio à sociedade, visto que não tem finalidade objetiva nem razão, carregando subjacente o sinal da violência “que se exerce pelo social sobre o social”. A imposição de questões, desafios, que sobrepuja a essência de “uma relação social”, transforma a lógica, antes baseada na troca de valor, na deserção de posições de valor e de sentido. Considerando o sentido, o poder, a verdade, como alvos preferenciais do desafio, Baudrillard defende a “reversão” como ultimato diante do poder, do sentido, do valor, excluindo qualquer “relação de forças” do processo.

Segundo a leitura baudrillardiana, eis as hipóteses que surgem:

1. Da inexistência do social: pressupondo que sempre houve somente simulação do social e de “ligação” social.

2. Da realidade da existência do social como um processo que se desenvolve e se auto-afirma cada vez mais [evolutivo, pois].

[“Produzir a sobre e destruí-la”, eis a situação do social, de acordo com o pensamento baudrillardiano que afirma que, se o sacrifício de toda a riqueza, uma vez feita, gera a perda do sentido do real, a sua disponibilização total comprometeria o sentido do útil e do inútil]

3. Da existência do social [cuja realidade teve fim].

[Proclamando o fim do espaço perspectivo do social, único no qual pode existir, tendo sentido, Baudrillard esclarece que no espaço da simulação o real e o modelo se confundem, não havendo mais distância crítica e especulativa, mas a transfiguração do primeiro no segundo, culminando na sua hiper-realização, o seu excesso, a sua dissuasão]

No tópico “O êxtase do socialismo”, Baudrillard faz uma leitura acerca da situação do Estado, examinando a ideologia do poder na época em vigor na França: o socialismo. Entendendo a forma extática assumida pelo Estado como expressão de uma natureza

“transpolítica”, Baudrillard garante que foi como modelo [“que perdeu sua verdade no caminho”] que o socialismo ascendeu no referido contexto, embora uma eleição jamais pressuponha aprovação, consenso popular, fenômeno correlacionado, no caso em questão, não à “imaginação histórica e política”, mas à “imaginação estética e moral”, para usar as palavras do autor. Êxtase. Conclusão: “Socialismo-Modelo” x “Socialismo-Histórico”. Há um abismo entre ambos, servindo o primeiro como “simulação de mudança” e “simulação de futuro”. Se o socialismo traz a possibilidade da ressurreição da política e da sua cena, uma das questões propostas pelo autor, além da “desaceleração do processo transpolítico de desaparecimento do tempo e da história”, sob a ótica de Canetti, a quem Baudrillard recorre, “além de certo ponto determinado do tempo, a história não foi mais real”. É ao redor desse ponto que Baudrillard julga que importa orbitar o pensamento crítico, “perseverando na destruição atual”, como observou Canetti, a fim de que venha à tona as raízes da realidade e [ou] da irrealidade da história.

É através dessa perspectiva que Baudrillard investiga o poder político, pensando o advento “desse” socialismo como um acontecimento da “ordem da natureza da reciclagem e da simulação”, e concluindo que, embora “toda a sociedade é virtualmente social [dogma socialista e princípio sociológico], “nenhum grupo na verdade jamais se concebeu idealmente como social”, tornando-se, portanto, “o sonho moral de socialização”, como o provam as sociedades que assumiram tal empreendimento, uma utopia. Ou melhor, um “contra-senso fundamental”.